

RESENHA: POLÍTICAS PÚBLICAS COMPARADAS

Marina Oliveira Malta¹

Ao se analisar uma política pública, é necessário entender que ela surge a partir de uma demanda social. Isso significa dizer que há uma construção histórica que justifica o nascimento da política pública e que a faz entrar na agenda política, para só então ser formulada, implementada, avaliada, possibilitando comparações, análises etc.

A expressão “política pública” pode assumir diferentes significados, segundo Oliveira *et all* (2019, p.325), a depender da abordagem seguida e do país em que se está inserido, por isso, a busca por processos analíticos auxilia no processo de compreensão de determinadas políticas. Dentre as visões existentes está a estruturação da política pública como um “ciclo”, que possui as seguintes fases: formação da agenda, formulação da política, tomada de decisão, implementação e avaliação.

A avaliação da política pública é o estágio que pode contribuir com a verificação do uso das verbas aplicadas/condicionadas à política; mensurar o impacto da política em uma determinada comunidade; apresentar dados sobre a manutenção ou não da política, ou ainda, para sua reformulação. Segundo Oliveira *et all* (2019, p.328) *apud* Farias (2005) pode-se apresentar quatro tipos de uso para a avaliação: instrumental, conceitual, persuasivo ou de esclarecimento.

Para cada uso apresentado, há um objetivo e existem metodologias disponíveis para avaliar as políticas públicas, com técnicas quantitativas e qualitativas, que contribuem para uma melhor eficácia da análise.

A avaliação também pode ser classificada quanto ao tipo “*ex ante*”, quando é pensada no momento de formulação da política, possibilitando o uso de métodos quantitativos de análise estatística randomizados (padrão ouro); e a avaliação que ocorre “*ex post*” à aplicação da política pública. Para esta, estão disponíveis outros tipos de metodologias de análise, como a técnica quantitativa de pareamento; diferença-em-diferença; regressão descontínua e/ou a combinação de mais de uma técnica.

1194

¹Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas da Unima/Afya.

Além dessas, tem-se as técnicas qualitativas que podem ser usadas, como observação; entrevistas e grupos focais; que podem ou não ser aplicadas com a combinação de métodos estatísticos quantitativos, segundo Batista *et all* (2017).

Todas elas apresentam um potencial de contribuição para a avaliação de políticas públicas, no sentido de que, se forem corretamente aplicadas, irão apresentar resultados baseados em evidências científicas e não em “achismos” populares ou meros discursos políticos, com dados que foram testados e verificados.

Apesar das contribuições, as técnicas de avaliação citadas nos artigos analisados apresentam limitações. Segundo Batista *et all* (2017), no uso restrito das técnicas quantitativas, a preocupação com as “regularidades” e “generalizações” tem o risco de pensar na média e não nas individualidades; além da exclusão de fatos que não podem ser mensurados.

Já nas técnicas qualitativas, há limitações de ordem de subjetividade por parte quem contratou a pesquisa, ou jogo de interesses, que pode haver uma influência do pesquisador e a ausência de regularidades dos resultados. Em ambas as técnicas (quantitativas e qualitativas ou mistas) podem haver limitações de ordem de financiamento, ou custos elevados; tempo necessário para ser realizada (curto ou longo); análise e interpretação de dados.

Além das técnicas citadas, outro recurso importante para se avaliar políticas públicas é 1195 a comparação das mesmas; uma prática que oferece vantagens para formuladores de políticas, pesquisadores e a sociedade em geral, na identificação de boas práticas; conferência de erros e acertos; a compreensão de como as políticas funcionam em contextos variados; fornecem evidências sólidas para justificar reformas e inovações, dentre outras contribuições.

A análise comparada por ser feita entre regiões de um mesmo país, e/ou entre países diferentes. Segundo Giovanella *et all* (2014,p.02), “a análise comparada entre países é um recursos clássico da ciência política, há muito empregada para estudar regimes e instituições”, como pode ser observado no seu estudo sobre as tendências das reformas de saúde na Alemanha, Reino Unido e Espanha, de modo comparado.

No estudo citado, Giovanella *et all* (2014) utiliza como ferramenta para a comparação e descrição analítica dos sistemas de saúde, a partir de uma matriz de análise que contemplou as dimensões de intervenção estatal em saúde, a partir de três categorias: financiamento; regulação; organização e prestação de serviços. Dessa maneira foram criadas tabelas com dados sobre cada realidade, dentro dos objetivos estabelecidos. O estudo trouxe inúmeras contribuições, uma vez que apresenta dados a política pública dos três países e como ela tem se desenvolvido. O modo como os dados foram expostos também facilitou a visualização dos resultados.

Um outro exemplo de análise comparada de política pública é o estudo de Pedro *et all* (2016) sobre a influência do Programa Saúde da Família para os estados brasileiros atingirem a meta do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, na redução da mortalidade na infância até 2015. Para a análise, os autores utilizaram a estatística descritiva e inferencial, com técnicas de análise bi e multivariada, a partir dos dados disponíveis nos repositórios públicos.

Tal estudo apresenta importantes contribuições para a área, uma vez que aplicaram metodologia com critérios definidos de correlação das políticas nas regiões brasileiras, trazendo um panorama de uma política pública nacional em diversos contextos, sob o crivo da análise estatística. Assim, apresentaram gráficos, tabelas com dados numéricos que foram analisados sobre as metas e evolução da política; estrutura, implementação e seu uso como estratégia política de redução da mortalidade, de modo comparado.

Outros dois artigos apresentam importantes estudos sobre análise de políticas públicas. O de Barata (2013) apresenta as relações entre a epidemiologia e as políticas públicas em saúde, informando que a epidemiologia pode contribuir na etapa de identificação dos problemas socialmente relevantes através do estudo da distribuição dos problemas de saúde e de seus determinantes nos diversos grupos sociais, fornecendo informações técnicas para embasar as decisões políticas, tanto no âmbito dos movimentos sociais quanto no âmbito governamental, somando-se a outros tipos de informação a serem consideradas no processo de tomada de decisão.

1196

Fleury (2012) busca compreender por que a política de saúde deve ser tratada como uma política social que está voltada para a reprodução dos indivíduos e das coletividades. Após a análise dos conceitos apresentados pelos autores nos textos citados, conclui-se que existem muitos fatores que interferem na avaliação de políticas públicas, bem como nos estudos comparativos das mesmas.

Porém, verifica-se que para que haja uma avaliação de política pública eficaz é necessário seguir um conjunto criterioso de etapas e princípios que permitam a coleta de dados relevantes, análise metodológica quantitativa e/ou qualitativa; e a interpretação correta dos resultados, que deve estar fundamentada nos objetivos estabelecidos.

Portanto, deve haver um planejamento para tal que requer investimentos financeiros, estudos científicos, pesquisas, contratação de pessoas/ softwares que venham a profissionalizar o processo e dar uma credibilidade dos resultados, baseada em evidências com critérios metodológicos muito bem definidos e aplicados.

Assim, a escolha da técnica de avaliação deve ser guiada pelos objetivos específicos da avaliação, pelos recursos disponíveis e pelo contexto da política pública. E, muitas vezes, a combinação de diferentes métodos pode proporcionar uma avaliação mais robusta e abrangente, mitigando as limitações inerentes a cada técnica individual.

REFERÊNCIAS

BATISTA, M.; DOMINGOS, A. Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. e329414, 2017.

BARATA, R. B. Epidemiologia e políticas públicas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 16, n. 1, p. 3-17, mar. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2013000100001>

FLEURY, S., and OUVERNEY, A. M. Política de Saúde: uma política social. In: GIOVANELLA, L., ESCOREL, S., LOBATO, L. V. C., NORONHA, J. C., and CARVALHO, A. I., eds. *Políticas e sistemas de saúde no Brasil* [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 25-57. ISBN: 978-85-7541-349-4. <https://doi.org/10.7476/9788575413494.0004>. Políticas e sistema de saúde no Brasil (scielo.org)

FOSS, N.J., KLEIN Peter G. A Teoria da Empresa e seus críticos: um balanço e avaliação". In: RICHTER, R. *A Nova Economia Institucional: seu inívio, seu significado, sua perspectivas. Revisão da Lei da Organização Empresarial Europeia*. 2005.

1197

GIOVANELLA L, STEGMÜLLER K. THE EUROPEAN FINANCIAL CRISIS AND HEALTH SYSTEMS. In: *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 30(11):2263-2281, nov, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3J7Gd7Zqhc6PHtN4s4ZC8qm/?format=pdf>

OLIVEIRA, L. R. DE .; PASSADOR, C. S.. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 17, n. 2, p. 324-337, abr. 2019. <https://doi.org/10.1590/1679-395169657>

PEDRO, M. V., RODRIGUES, D. F., SILVA, D. "Saúde é o que interessa? A influência do PSF no alcance da meta de redução da mortalidade infantil dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2011)." In: *Revista Política Hoje*. (2017): 175-212.